

FASUL EDUCACIONAL **(Fasul Educacional EaD)**

PÓS-GRADUAÇÃO

DIREITOS HUMANOS

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DIREITOS HUMANOS

DISCIPLINA: DIREITOS HUMANOS E RELAÇÕES SOCIAIS
RESUMO
Há uma definição clássica, e até pueril, do termo “direito”, que significa exatamente aquilo que é reto, correto ou justo — e, por conseguinte, se opõe ao que é torto. Quando se traz esse debate para a lógica dos direitos humanos, não raro falácias do tipo “só é possível direitos humanos para humanos direitos” podem aparecer no discurso. Dentro dessa perspectiva, a primeira questão a se considerar é que não se trata de um direito só de quem “é correto” ou “merece” Direitos Humanos, pois a concepção dos Direitos Humanos, como a própria declaração de 1948 ilustra, é universal. Direitos não são favores, súplicas ou gentilezas. Não se pede um direito, luta-se por ele. A luta pelos Direitos Humanos é, sob esta perspectiva, uma luta pela própria humanidade. Mas cada direito corresponde a um dever — e, ao afirmar isso, não significa dizer que os Direitos Humanos têm sua eficácia por produzirem deveres, mas sim por seus efeitos na produção cultural.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 O QUE SÃO DIREITOS HUMANOS? DE ONDE VÊM OS DIREITOS HUMANOS VERTENTES DOS DIREITOS HUMANOS TENSÕES FUNDAMENTAIS DIREITOS HUMANOS À BRASILEIRA
AULA 2 A IMPORTÂNCIA DA DIMENSÃO CULTURAL NO ESTUDO DOS DIREITOS HUMANOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E DIREITOS SOCIAIS AS CONCEPÇÕES IDEALISTA, POSITIVISTA E CRÍTICO-MATERIALISTA DOS DIREITOS HUMANOS PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS E SUAS IMPLICAÇÕES SOCIOCULTURAIS CONSIDERAÇÕES ACERCA DA CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE DIREITOS HUMANOS EM VIENA (1993)
AULA 3 ANTECEDENTES DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS (PNEDH) EIXOS ESTRUTURAIS DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS (PNEDH) ASPECTOS CONJUNTURAIS DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS COMPREENSÃO DA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS A PARTIR DO PNEDH OBJETIVOS E DIRETRIZES DO PNEDH
AULA 4 O CAMPO DA DIGNIDADE HUMANA COMO PRINCÍPIO ÉTICO DAS METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS O CAMPO DA POLÍTICA E AS METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS PARA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

O RETORNO A PAULO FREIRE E SUAS CONCEPÇÕES SOBRE METODOLOGIA PARTICIPATIVA
PERSPECTIVA CONCEITUAL DE CULTURA E METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS PARA A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS
PROPOSIÇÕES SOBRE METODOLOGIA PARTICIPATIVA PARA A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS POR BITTAR

AULA 5

INTRODUÇÃO AO DEBATE SOBRE DIREITOS HUMANOS E MÍDIAS
MAS DE QUAIS MÍDIAS ESTAMOS FALANDO?
EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NA “ALDEIA GLOBAL”
O DEBATE SOBRE DIREITOS HUMANOS EM UMA “CULTURA DE MASSAS”
NARRATIVAS DE VIOLÊNCIA A SERVIÇO DE QUÊ?

AULA 6

COMO AS TELAS SE TRANSFORMAM EM FERRAMENTAS OU ARMAS?
AS TELAS E OUTROS APARATOS MUDIÁTICOS COMO PRODUTOS DA INDÚSTRIA CULTURAL
“SHOWRNALISMO”: QUANDO A NOTÍCIA É DESDOBRAMENTO DO ESPETÁCULO
AS RELAÇÕES MEDIADAS POR REDES SOCIAIS: OUTROS DESDOBRAMENTOS DO ESPETÁCULO?
BREVE ANÁLISE DE UM PRODUTO CULTURAL QUE DIALOGA COM A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

BIBLIOGRAFIAS

- ARENDT, H. A condição humana. 10. ed. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 2000.
- CASTILHO, R. Direitos humanos. São Paulo: Saraiva, 2012.
- GENRO, M; ZITKOSKI, J. Educação e Direitos Humanos numa perspectiva intercultural. Revista da Faeeba – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 23, n. 41, p. 237-245, jan/jun. 2014.

DISCIPLINA:

PSICOLOGIA DAS ORGANIZAÇÕES: DESAFIOS DA GESTÃO CONTEMPORÂNEA

RESUMO

O aprofundamento do conceito e definição de ciência não é o propósito desta disciplina, mas para o melhor encadeamento de ideias e padronização de conceitos que serão uteis no decorrer dos capítulos, falaremos da visão comum de ciência e como a psicologia tornou-se um campo de estudo científico.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
ABORDAGENS DA PSICOLOGIA
TEORIAS PSICOLÓGICAS
A PSICOLOGIA E OS PROCESSOS DE TRABALHO
ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO BRASIL

AULA 2

INTRODUÇÃO

PROCESSOS ORGANIZACIONAIS
MUDANÇAS ORGANIZACIONAIS
COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL
PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL E PSICOLOGIA DO TRABALHO

AULA 3

INTRODUÇÃO
PERCEPÇÃO HUMANA
ATITUDE E AS DIFERENÇAS INDIVIDUAIS
A MOTIVAÇÃO HUMANA
LIDERANÇA

AULA 4

INTRODUÇÃO
MUDANÇAS ORGANIZACIONAIS
A APRENDIZAGEM
O PODER E CONFLITO NAS ORGANIZAÇÕES
DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL E A MUDANÇA

AULA 5

INTRODUÇÃO
PERSONALIDADE
CONHECIMENTO (CIÊNCIA) E AUTOCONHECIMENTO
METODOLOGIAS DE AVALIAÇÃO
METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DE PERFIL

AULA 6

INTRODUÇÃO
SAÚDE NO TRABALHO
PSICOSSOMÁTICA
ESTRESSE
DOENÇAS CRÔNICAS RELACIONADAS AO TRABALHO

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). 3. ed. Brasília: MTE, SPPE, 2010. Livro 2.
- CARVALHO, A. A. et al. A escolha da profissão: alguns valores implícitos nos motivos apontados pelos psicólogos. In: CFP – Conselho Federal de Psicologia (Org.). Quem é o psicólogo brasileiro? São Paulo: Edicon. 1988.
- CHIBENI, S. S. O que é ciência? 2006. Notas de aula. Disponível em: <http://www.unicamp.br/~chibeni/textosdidaticos/ciencia.pdf> Acesso em: 16 jul. 2019.

DISCIPLINA:

DIREITOS EDUCACIONAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

RESUMO

A atuação do conselho tutelar está respaldada em preceitos legais que historicamente foram construídos em âmbito nacional e internacional. Todo o aparato legal representa o esforço de vários segmentos da sociedade civil organizada em diferentes lugares do mundo na superação de representações a respeito da criança e da adolescência, que não

correspondiam ao necessário cuidado que pessoas em fase de desenvolvimento biopsicossocial necessitam para ter assegurados os direitos de humanos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

BREVE HISTÓRICO DA CONSTRUÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DAS CRIANÇAS NO SÉCULO XX
OS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO BRASIL
CONVENÇÃO INTERNACIONAL DE 1989
CRIANÇA – TODO SER HUMANO COM MENOS DE 18 ANOS
PODER FAMILIAR EM SUBSTITUIÇÃO AO PÁTRIO PODER – UM NOVO CONCEITO DE FAMÍLIA

AULA 2

A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA COMO PONTO CENTRAL DA PROTEÇÃO DIRECIONADA A CRIANÇAS E ADOLESCENTES
A PROTEÇÃO DESTINADA A CRIANÇAS E ADOLESCENTES NAS PRIMEIRAS CONSTITUIÇÃO BRASILEIRAS
A PROTEÇÃO DESTINADA A CRIANÇAS E ADOLESCENTES NAS CONSTITUIÇÕES QUE ANTECEDERAM A CONSTITUIÇÃO CIDADÃ

AULA 3

A DOCTRINA/PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO INTEGRAL
PRINCÍPIO DA PRIORIDADE ABSOLUTA E DA PREVALÊNCIA DOS INTERESSES
PRINCÍPIO DA BREVIDADE E DA EXCEPCIONALIDADE
PRINCÍPIOS DA GRATUIDADE, DA SIGILOSIDADE E CONVIVÊNCIA FAMILIAR

AULA 4

DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS – NACIONALIDADE
OUTRAS CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS
DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS PREVISTOS NO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOL
DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS PREVISTOS NO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOL

AULA 5

FUNDAMENTOS LEGAIS SOBRE AS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS DE ATENDIMENTO
POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
AS LINHAS DE AÇÃO PARA A POLÍTICA DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESC
AS ENTIDADES DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
A FISCALIZAÇÃO DE ENTIDADES DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

AULA 6

O CONSELHO TUTELAR NO SISTEMA DE GARANTIA
A REDE DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
PRINCIPAIS DESAFIOS POR PARTE DOS INTEGRANTES DO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS
PRINCIPAIS DESAFIOS POR PARTE DA SOCIEDADE

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Projetos Educacionais Especiais. Programa nacional de atenção integral à criança e ao adolescente (Pronaica). Subprogramas e ações. Brasília, jan. 1994. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002528.pdf>.
- BRASIL. Portal dos Direitos da Criança e do Adolescentes. Conanda. Disponível em: <http://www.direitosdacrianca.gov.br/conanda>. Acesso em: 2 jan. 2019.

DISCIPLINA:

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

RESUMO

Nas últimas décadas, o direito de todos à educação vem sendo debatido de forma integral. Isso quer dizer que o sistema educacional, estratégias metodológicas e ações educacionais estão sendo revistas e atualizadas. Uma das principais mudanças é o foco na inclusão escolar. Veremos todos os contextos e abordagens referentes ao atendimento educacional especializado nos diferentes níveis e modalidades de ensino nesta disciplina.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INCLUSÃO ESCOLAR NOS CONTEXTOS COMUM E ESPECIAL: O PAPEL DO PROFESSOR
EDUCAÇÃO ESPECIAL NO CONTEXTO DA ESCOLA INCLUSIVA: AÇÕES COLABORATIVAS
EXPERIÊNCIA DE APRENDIZAGEM MEDIADA
METODOLOGIAS EXPOSITIVA E DIALÉTICA
METODOLOGIAS ATIVAS

AULA 2

A PESSOA COM DEFICIÊNCIA
CONCEPÇÃO DE DEFICIÊNCIA, TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO E ALTAS HABILIDADES
HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E CONVENÇÕES MUNDIAIS: INCLUSÃO ESCOLAR
DIRETRIZES EDUCACIONAIS INCLUSIVAS NO BRASIL
ASPECTOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL INSERIDOS NO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO: 2011-2020

AULA 3

O PAPEL DOCENTE NA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS
ORGANIZAÇÃO DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS: MATERIAIS
ORGANIZAÇÃO DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS: AVALIAÇÃO
ORGANIZAÇÃO DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS: O PLANO DE ATENDIMENTO
ORGANIZAÇÃO DA SALA DE RECURSOS: ATENDIMENTO

AULA 4

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA ALUNOS COM SURDEZ
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL E BAIXA VISÃO

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA ALUNOS COM TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO

AULA 5

ACESSIBILIDADE E DESENHO UNIVERSAL PARA APRENDIZAGEM
RECURSOS PEDAGÓGICOS ACESSÍVEIS E COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA E AUMENTATIVA

TECNOLOGIA ASSISTIVA NA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS

PROCEDIMENTOS PEDAGÓGICOS AOS ALUNOS COM ALTAS

HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO

MATERIAL DIDÁTICO: ALUNOS COM SURDOCEGUEIRA

AULA 6

CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO

AVALIAÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR: ÁREA DA DEFICIÊNCIA

AVALIAÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR: ÁREA DOS TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO

AVALIAÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR: ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO

PLANEJAMENTO NA FLEXIBILIZAÇÃO: METODOLÓGICA, AVALIATIVA E/OU CURRICULAR

BIBLIOGRAFIAS

- ARAÚJO, S.; ALMEIDA, M. Contribuições da consultoria colaborativa para a inclusão de pessoas com deficiência intelectual. Educação Especial, Santa Maria, v. 27, n. 49, p. 341-352, 2014.
- BENITEZ, P., DOMENICONI, C. Consultoria colaborativa: estratégias para o ensino de leitura e escrita. Psicol. teor. prat., São Paulo, v. 18, n. 3, p. 141-155, 2016.
- BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

DISCIPLINA:

DIREITOS HUMANOS - ASPECTOS HISTÓRICOS, CONCEITUAIS E CONJUNTURAIS

RESUMO

Esta disciplina apresenta aspectos fundamentais dos direitos humanos, com suas perspectivas históricas, natureza e origens conceituais. Ela trata do sistema global de proteção dos direitos humanos, explica a diferença entre direitos humanos e direitos fundamentais, e descreve projetos societários. Aborda a cultura dos direitos e a condição da dignidade humana. Fala também sobre aspectos críticos do tema, apontando as contradições entre o desenvolvimento econômico e o humano.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

DIMENSÕES E CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS HUMANOS

DIREITOS FUNDAMENTAIS

MITIGAÇÃO DA SOBERANIA DO ESTADO

AULA 2

INTRODUÇÃO
DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS
SISTEMA GLOBAL DE PROTEÇÃO
PACTO INTERNACIONAL DOS DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS E PROTOCOLO FACULTATIVO AO PACTO
PACTO INTERNACIONAL DOS DIREITOS ECONOMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS E PROTOCOLO FACULTATIVO AO PACTO

AULA 3

INTRODUÇÃO
CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO RACIAL
CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA A MULHER
CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA

AULA 4

INTRODUÇÃO
SISTEMA INTERAMERICANO DE PROTEÇÃO
COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS
CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS
INTERPRETAÇÃO E APLICAÇÃO

AULA 5

INTRODUÇÃO
A GLOBALIZAÇÃO E OS DIREITOS HUMANOS
GLOBALIZAÇÃO E LOCALIZAÇÃO
ANTONIO WOLKMER E O PLURALISMO
DIREITOS HUMANOS COMO DE DIREITO PÚBLICO

AULA 6

INTRODUÇÃO
A EXPANSÃO DOS DIREITOS HUMANOS E SUA PREVISÃO NA CONSTITUIÇÃO
NORMAS CONSTITUCIONAIS SOBRE A FORMAÇÃO E A INCORPORAÇÃO DE TRATADOS
AS FASES DAS CELEBRAÇÕES DE TRATADOS NO BRASIL
A HIERARQUIA NORMATIVA DOS TRATADOS

BIBLIOGRAFIAS

- BENDA, E. et al. (Org.). Manual de Derecho Constitucional. Madri: Marcial Pons, Ediciones Jurídicas y Sociales, 1996.
- BITTAR, E. C. B. Doutrinas e filosofias políticas: contribuições para a história da ciência política. São Paulo: Atlas, 2002.
- BONAVIDES, P. Teoria do Estado. São Paulo: Malheiros Editores, 2008.

DISCIPLINA:

ÉTICA, DIREITOS HUMANOS E DIREITOS DA CIDADANIA

RESUMO

A presente disciplina tem por escopo investigar a interação entre a ética, os direitos humanos e os direitos da cidadania, relacionando como tais matérias podem auxiliar na gestão pública e na construção de políticas públicas assertivas e funcionais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
O QUE É ÉTICA?
FUNDAMENTOS DA ÉTICA
ÉTICA NA HISTÓRIA
ÉTICA E OUTRAS CIÊNCIAS

AULA 2

INTRODUÇÃO
DIREITOS HUMANOS DE PRIMEIRA DIMENSÃO
DIREITOS HUMANOS DE SEGUNDA DIMENSÃO
DIREITOS HUMANOS DE TERCEIRA DIMENSÃO
SISTEMA INTERNACIONAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

AULA 3

INTRODUÇÃO
DIREITOS FUNDAMENTAIS NA HISTÓRIA BRASILEIRA
CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988 E CONCEPÇÃO CONTEMPORÂNEA DE DIREITOS HUMANOS
DIREITOS FUNDAMENTAIS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL: ANÁLISE EM ESPÉCIE
TRATADOS INTERNACIONAIS DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NO DIREITO INTERNO

AULA 4

INTRODUÇÃO
CONCEITOS DE CIDADANIA
A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA CIDADANIA
A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA NO BRASIL
EM BUSCA DA CIDADANIA PLENA

AULA 5

INTRODUÇÃO
DIREITO DAS MINORIAS: PRIVILÉGIO OU NECESSIDADE?
PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS
POVOS ORIGINÁRIOS BRASILEIROS
PORTADORES DE DEFICIÊNCIAS

AULA 6

INTRODUÇÃO
AS MULHERES: VIOLÊNCIAS SIMBÓLICAS E FÍSICAS
IMIGRANTES E REFUGIADOS
POPULAÇÃO LGBT

A ÉTICA, OS DIREITOS HUMANOS E OS DIREITOS DA CIDADANIA COMO INSTRUMENTOS DEMOCRÁTICOS

BIBLIOGRAFIAS

- BITTAR, E. C. B. Curso de Ética Jurídica. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
- BÖTTCHER, C. A. O legado ético e universalista do Direito Romano. Revista da Faculdade de Direito – Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 108, p. 155- 167, 2013. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67981>.
- CACHICHI, R. C. D. As relações entre ética e política na concepção de justiça em Aristóteles. Revista CEJ, Brasília, v. 15, n. 55, p. 76-85, out./dez. 2011. Disponível em: <http://www.jf.jus.br/ojs2/index.php/revcej/article/viewFile/1483/1524>. Acesso em: 27 nov. 2018.

DISCIPLINA:

PARTICIPAÇÃO SOCIAL E MOVIMENTOS SOCIAIS

RESUMO

Nesta disciplina de Participação Social e Movimentos Sociais trataremos de diversos temas de nosso interesse, desde o conceito de Participação Social, Democracia Participativa, Movimentos Sociais, Intervenção do Estado, Interesse político e social nas ações coletivas e as liberdades individuais e coletivas, ou seja, serão aulas riquíssimas de informações! Fique atento e anote tudo que considerar importante! Diariamente, ouvimos falar sobre a importância da Participação Social, ou seja, a importância do protagonismo da sociedade civil brasileira na participação efetiva do cidadão e na consolidação da Democracia no Brasil. Primeiramente, fazemos algumas perguntas: afinal de contas, o que é Participação Social? Como foi a participação dos cidadãos na história político-social do Brasil? E o que a participação social tem a ver com a promoção da Democracia Participativa no Brasil?

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

CONCEPÇÃO HISTÓRICA DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

MOVIMENTO PELAS DIRETAS JÁ

A PARTICIPAÇÃO POPULAR NO PROCESSO DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE DE 1987

A PARTICIPAÇÃO SOCIAL E A CONSTITUIÇÃO DE 1988

AULA 2

INTRODUÇÃO

DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

OS CONSELHOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

AS CONFERÊNCIAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

AULA 3

INTRODUÇÃO

O CONCEITO DE MOVIMENTO SOCIAL

TIPOLOGIAS DE MOVIMENTOS SOCIAIS

ESTRATÉGIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

EXEMPLOS DE MOVIMENTOS SOCIAIS

AULA 4

INTRODUÇÃO

O PARADIGMA NORTE-AMERICANO
O PARADIGMA EUROPEU
MOVIMENTOS SOCIAIS ANTIGLOBALIZAÇÃO
FÓRUM SOCIAL MUNDIAL

AULA 5

INTRODUÇÃO
HISTÓRIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS
MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL: NA ERA DA PARTICIPAÇÃO (1979-1989)
MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL: NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO (1990-2000)
OS MOVIMENTOS SOCIAIS NA CONJUNTURA SOCIAL E POLÍTICA NO SÉCULO XXI

AULA 6

INTRODUÇÃO
MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS
MOVIMENTO SINDICAL
MOVIMENTOS SOCIAIS E DEMANDAS POR EDUCAÇÃO
MOVIMENTO SOCIAL AMBIENTALISTA

BIBLIOGRAFIAS

- AMMANN, S. B. Participação Social. São Paulo: Cortez e Moraes, 1978.
- BOBBIO, N. Estado, governo, sociedade. São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- BRASIL. Constituição (1988). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988.

DISCIPLINA:

DIREITOS HUMANOS E MOVIMENTOS SOCIAIS NA EDUCAÇÃO

RESUMO

Nesta disciplina veremos que os seres humanos sempre precisaram trabalhar para produzir os bens necessários à sua sobrevivência. O trabalho assume diferentes formas no decorrer da história e influencia o campo educacional. O trabalho constitui o ser humano. É pelo trabalho que o homem (indivíduo) se humaniza, na produção das condições necessárias à sua sobrevivência. Ao longo do tempo, o trabalho se modificou, se transformou. Também se modificaram a educação e as práticas pedagógicas adotadas. A função da educação sempre foi a transmissão de conhecimentos de uma geração a outra. O trabalho e a educação são práticas exclusivamente humanas. Pelo trabalho, o ser humano produz as condições necessárias à sua sobrevivência. Pela educação, os conhecimentos são transmitidos de geração a geração.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
EDUCAÇÃO FORMAL
EDUCAÇÃO INFORMAL
EDUCAÇÃO NÃO FORMAL
A PEDAGOGIA SOCIAL E A EDUCAÇÃO

AULA 2

INTRODUÇÃO
A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E OS DIREITOS HUMANOS
TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS
CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE, CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS

HUMANOS E CONSTITUCIONALISMO GLOBAL
A CONCRETIZAÇÃO DA PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

AULA 3

INTRODUÇÃO

TEORIAS MARXISTAS, PÓS-MARXISTAS (ESCOLA DE FRANKFURT) E A CRÍTICA A ELAS

ESCOLA DE CHICAGO E MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS

TEORIA DOS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA

MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL A PARTIR DA REDEMOCRATIZAÇÃO

AULA 4

INTRODUÇÃO

A CONSTRUÇÃO DO PNEDH

OBJETIVOS DO PNEDH

A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NO PNEDH: EDUCAÇÃO FORMAL

A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NO PNEDH: EDUCAÇÃO NÃO FORMAL

AULA 5

INTRODUÇÃO

EDUCAÇÃO POPULAR E PAULO FREIRE

MOVIMENTO ESTUDANTIL

MOVIMENTOS E CAMPANHAS PELA EDUCAÇÃO

MOVIMENTOS SOCIAIS E A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

AULA 6

INTRODUÇÃO

INTERCULTURALIDADE E DIREITOS HUMANOS

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

O PAPEL DO EDUCADOR NA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E CULTURA DA PAZ

BIBLIOGRAFIAS

- BRANDÃO, C. R. O que é educação. São Paulo: Abril Cultura; Brasiliense, 1985.
- BRASIL. Constituição Política do Imperio do Brazil, de 25 de março de 1824. Coleção de Leis do Império do Brasil, 1824, v. 1, p. 7.
- BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 dez 1996.

DISCIPLINA:

COMUNICAÇÃO, LIDERANÇA E RELAÇÕES INTERPESSOAIS

RESUMO

A comunicação é uma condição essencial para nossa vida. Sem ela não há cooperação, motivação, gestão ou qualquer outra coisa que exija o mínimo de organização para ser feito. Qualquer relação e/ou interação humana. é composta por uma rede de comunicação. Se a comunicação falha, uma parte da interação humana falha também. Diante disso, a disciplina Comunicação, Liderança e Relações Interpessoais, pretende transformar o acadêmico em um comunicador embasado e pronto para expor, de forma clara, os seus ideais. A boa comunicação vai muito além de falar bonito, com voz bem empostada e com uma dicção perfeita. Envolve o domínio de diversas técnicas e compreensão de inúmeros fatores que

fazem parte da comunicação pessoal, que serão trabalhados ao longo dos materiais propostos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

VÍDEO 1 AO VÍDEO 4

AULA 2

VÍDEO 1 AO VÍDEO 4

AULA 3

VÍDEO 1 AO VÍDEO 4

AULA 4

VÍDEO 1 AO VÍDEO 4

AULA 5

VÍDEO 1 AO VÍDEO 4

AULA 6

VÍDEO 1 AO VÍDEO 4

BIBLIOGRAFIAS

- AVOLIO, B. J. et al. Unlocking the mask: A look at the process by which authentic leaders impact follower attitudes and behaviors. *Leadership Quarterly*, 15, 801- 823. 2004.
- AVOLIO, B. J.; MHATRE, K. H. Advances in theory and research on authentic leadership. In: CAMERON, K. S.; G. Spreitzer (Eds.). *The Oxford handbook of positive organizational scholarship* (p. 773-783). Oxford: Oxford University Press. 2012.
- GARDNER, H. *A nova ciência da mente: uma história da revolução cognitiva*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

DISCIPLINA:

LGPD - LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

RESUMO

A gestão eletrônica de documentos (GED) é uma evolução natural da gestão documental convencional, que tem como base o papel. A gestão de documentos convencional é um processo caro, lento e sujeito a erros, que exige muito espaço físico e muito tempo para gerenciamento e recuperação de documentos. O GED substitui o gerenciamento manual de documentos pelo gerenciamento digital, o que traz inúmeras vantagens. Com o GED, documentos podem ser facilmente digitalizados, indexados e armazenados em um sistema eletrônico centralizado. Isso permite que documentos sejam recuperados rapidamente por meio de pesquisas por palavras-chave e evita a perda ou destruição de documentos físicos. Além disso, a gestão eletrônica de documentos também melhora a segurança dos documentos, uma vez que é possível definir níveis de acesso aos documentos, criptografá-los e protegê-los contra alterações não autorizadas. O GED também permite a criação de trilhas de auditoria que registram todas as ações realizadas em relação a um documento.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

A LGPD NA PERSPECTIVA CONSTITUCIONAL: OS DIREITOS FUNDAMENTAIS

A LGPD E A RELAÇÃO COM OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

ÂMBITO DE APLICAÇÃO DA LGPD
OS FUNDAMENTOS DA LGPD

AULA 2

INTRODUÇÃO
CONCEITOS FUNDAMENTAIS
HIPÓTESES LEGAIS E GERAIS DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS
CONSENTIMENTO DO TITULAR
LEGÍTIMO INTERESSE DO CONTROLADOR

AULA 3

INTRODUÇÃO
TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS
TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS PELO PODER PÚBLICO
COMPARTILHAMENTO DE DADOS PELO PODER PÚBLICO

AULA 4

INTRODUÇÃO
DIREITOS DO TITULAR DE DADOS PESSOAIS
CICLO DE VIDA DOS DADOS PESSOAIS
AGENTES DE TRATAMENTO DE DADOS: CONTROLADOR E OPERADOR
ENCARREGADO DOS DADOS (DPO)

AULA 5

INTRODUÇÃO
SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO E REGULAÇÃO NACIONAL
ÓRGÃOS ESTADUAIS DE FISCALIZAÇÃO E REGULAÇÃO
O PAPEL DO CONTROLE EXTERNO NA FISCALIZAÇÃO DA LGPD

AULA 6

INTRODUÇÃO
BOAS PRÁTICAS E GOVERNANÇA
PREMISSAS FUNDAMENTAIS DE GOVERNANÇA EM PRIVACIDADE À LUZ DA LGPD
ELEMENTOS MANDATÓRIOS MÍNIMOS DO PROGRAMA DE GOVERNANÇA EM PRIVACIDADE
O PROGRAMA DE “GOVERNANÇA EM PRIVACIDADE”: COMO ESTRUTURÁ-LO?

BIBLIOGRAFIAS

- AMORA, J. Relação entre compliance e LGPD. Risco Legal, S.d. Disponível em: <https://vgriscolegal.com.br/blog/relacao-entre-lgpd-e-o-compliance/>.
- ANPD – Autoridade Nacional de Proteção de Dados. Tratamento de dados pessoais pelo Poder Público – Guia orientativo. Brasília: ANPD, 2022.
- BARROS, L. Gestão eletrônica de documentos: o que é e como funciona a GED? Tangerino, 2022. Disponível em: <https://tangerino.com.br/blog/gestaoeletronica-de-documentos/#Como-funciona-a-Gestão-Eletrônica-de-Documentos?>. Acesso em: 4 maio 2023.

DISCIPLINA:

MEDIAÇÃO DE CONFLITOS
RESUMO
<p>A famosa frase de Aristóteles diz que “somos seres sociais por natureza”, assim, precisamos ter contato com outras pessoas, e por isso mantemos relações sejam elas afetivas, profissionais, familiares entre outras. Entretanto, nem sempre esse contato é harmonioso, pois cada ser humano é único, ou seja, as pessoas são diferentes, com visões de mundo e formas de conceber a vida desiguais. Com isso, o conflito pode aparecer e existe a necessidade de ser solucionado e/ou controlado. O primeiro passo é identificar o conflito e suas influências, que podem ser tanto negativas como positivas. Muitas vezes, quando ouvimos a palavra conflito, normalmente a classificamos como algo negativo, mas veremos adiante que, em alguns casos, o conflito pode ser positivo. Além disso, serão abordados alguns conceitos, características, histórico e a visão do RH no Brasil.</p>
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<p>AULA 1 INTRODUÇÃO A TEORIA EVOLUTIVA DOS CONFLITOS AO LONGO DA HISTÓRIA A GESTÃO DE CONFLITOS COMO MEIO DE PACIFICAÇÃO NOS AMBIENTES CORPORATIVOS: SURGIMENTO E ESTRUTURAÇÃO TIPOS DE CONFLITOS, NIVEIS DE GRAVIDADE E FORMAS DE ADMINISTRÁ-LOS A RESPOSTA AO CONFLITO CORPORATIVO NO BRASIL – VISÃO VOLTADA AO RH</p> <p>AULA 2 INTRODUÇÃO NEGOCIAÇÃO DE CONFLITOS COMO MÉTODO DE RESOLUÇÃO PACÍFICA DE CONFLITOS CONCILIAÇÃO COMO MÉTODO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS MEDIAÇÃO DE CONFLITOS E OS SEUS PRINCIPAIS ASPECTOS ARBITRAGEM COMO MÉTODO DE SOLUÇÃO</p> <p>AULA 3 INTRODUÇÃO TECNOLOGIA, O SURGIMENTO DE NOVOS PARADIGMAS CONFLITUAIS E NOVAS FORMAS DE ACESSO À JUSTIÇA A PRÁTICA DA AVALIAÇÃO NEUTRA (NEUTRAL EVALUATION) E FACILITAÇÃO DE DIÁLOGOS A IMPLEMENTAÇÃO DE COMITÊS INTERNOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS FORMAÇÃO DE MEDIADORES E GESTORES MEDIADORES DE CONFLITOS CORPORATIVOS: A VISÃO DA ÁGUIA</p> <p>AULA 4 INTRODUÇÃO A CULTURA DA PAZ COMO UM ELEMENTO A SER IMPLEMENTADO NO AMBIENTE CORPORATIVO O CLIMA ORGANIZACIONAL NAS CORPORAÇÕES E A RELAÇÃO COM O ADOECIMENTO NO TRABALHO O RH COMO INTERLOCUTOR E SEU PAPEL NA MEDIAÇÃO E PACIFICAÇÃO DOS CONFLITOS</p>

GESTÃO DE CONFLITOS CORPORATIVOS COMO UM DESAFIO ORGANIZACIONAL:
DA TEORIA À PRÁTICA

AULA 5

INTRODUÇÃO

PRINCIPAIS ASPECTOS E A APLICABILIDADE DA TEORIA DOS JOGOS (TEORIA DO EQUILÍBRIO DE JOHN NASH)

A TRANSFORMAÇÃO PELA MEDIAÇÃO DOS CONFLITOS: A PRÁTICA DA MEDIAÇÃO COMUNITÁRIA

A NEGOCIAÇÃO COMO FERRAMENTA DOS CONFLITOS ORGANIZACIONAIS: PROCEDIMENTOS E TÉCNICAS

INTELIGÊNCIA EMOCIONAL – HABILIDADE DO GESTOR NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

AULA 6

INTRODUÇÃO

CONCILIAÇÃO COMO MÉTODO DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

A PRÁTICA DA MEDIAÇÃO PELO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

ARBITRAGEM: UMA ANÁLISE PRÁTICA A RESPEITO DA SUBMISSÃO DE UM CONFLITO TRABALHISTA À ARBITRAGEM

CONCLUINDO

BIBLIOGRAFIAS

- BERG, E. A. Administração de conflitos: abordagens práticas para o dia a dia. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2012.
- BURBRIDGE, R. M.; BURBRIDGE, A. Gestão de conflitos: desafios do mundo corporativo. São Paulo: Saraiva, 2012.
- CHIAVENATO, I. Gestão de pessoas: e o novo papel dos recursos humanos na organização. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

DISCIPLINA:

PSICOLOGIA E COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL

RESUMO

A área de comportamento organizacional tem sido cada vez mais levada em conta na hora de se estudar o funcionamento de uma organização e a maneira como esta desenvolve suas estratégias de atuação no mercado. Ao demonstrar que quem faz uma organização funcionar são as pessoas e não apenas os números, esta disciplina integra conceitos de administração e de psicologia para evidenciar como as pessoas – em grupo ou individualmente – podem influenciar seus ambientes de trabalho e, por consequência, seus resultados almejados.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

A PSICOLOGIA COMO CIÊNCIA E PROFISSÃO

ABORDAGENS DA PSICOLOGIA

CAMPOS DE ATUAÇÃO E OBJETO DE ESTUDO DA PSICOLOGIA

PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL

A PSICOLOGIA E O COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL

AULA 2

O INDIVÍDUO PARA A PSICOLOGIA

A IDENTIDADE

A PERSONALIDADE

OS SENTIDOS E A PERCEPÇÃO DO MUNDO QUE NOS CERCA
SENTIMENTO E COMPORTAMENTO HUMANO

AULA 3

SIGNIFICADO DO TRABALHO PARA O INDIVÍDUO
MOTIVAÇÃO E SATISFAÇÃO COM O TRABALHO
INSATISFAÇÃO PROFISSIONAL
DIAGNÓSTICO DA INSATISFAÇÃO COM O TRABALHO
DOENÇAS PROFISSIONAIS

AULA 4

OS GRUPOS EM ORGANIZAÇÕES
LIDERANÇAS EM ORGANIZAÇÕES
CONFLITOS ORGANIZACIONAIS
GRUPOS E O PROCESSO DE COMUNICAÇÃO
GRUPOS E O PROCESSO DE FEEDBACK

AULA 5

O QUE É COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL?
COMPORTAMENTOS VISÍVEIS E NÃO VISÍVEIS NAS ORGANIZAÇÕES
CAMPOS DE ESTUDO DO COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL
PODER E POLÍTICA NAS ORGANIZAÇÕES
CULTURA E CLIMA ORGANIZACIONAL

AULA 6

ADMINISTRAR PESSOAS EM SITUAÇÃO DE CRISE
ADMINISTRAR A DIVERSIDADE
ORGANIZAÇÕES INTERCULTURAIS
ESTÍMULO À INOVAÇÃO E MUDANÇA
TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS

BIBLIOGRAFIAS

- CAMPOS, Keli C de L. et al. Psicologia organizacional e do trabalho – retrato da produção científica na última década. Scielo. Brasília. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932011000400004&script=sci_arttext. Acesso em: 07 ago. 2015.
- DORON, R.; PAROT, F. (orgs.) Psicologia Clínica. Dicionário de Psicologia. Vol. I. São Paulo: Ática, 1998.
- GOULART, Barbosa Iris. Psicologia do trabalho e gestão de recursos humanos: estudos contemporâneos. Casa do Psicólogo, 1998. Disponível no endereço: <https://books.google.com.br>.